

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 967.306 - RS (2016/0214008-8)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : JOSE LUIZ DA SILVA ARAUJO
AGRAVANTE : JOSE MARIA DA SILVA BOEIRA
AGRAVANTE : JOSE PIZUTTI
AGRAVANTE : JOSE VALMIR MACHADO
AGRAVANTE : JUREMA MARIA SCHAEFFER DE CARVALHO
AGRAVANTE : JUSSARA BANDEIRA
AGRAVANTE : JUSSARA ISABEL ROMERO
AGRAVANTE : JUSTINO BORGES CUNHA
AGRAVANTE : LAURA JULIETA CASANOVA SAENGER
AGRAVANTE : LAURO GOMES DE ANDRADE
AGRAVANTE : LEONILDA MARIA BRUGNARA GIACOMINI
AGRAVANTE : LORA BRUKSCH
AGRAVANTE : LORY EMILIO PALMA
ADVOGADOS : PEDRO MAURÍCIO PITA DA SILVA MACHADO - RS024372
LUCIANO CARVALHO DA CUNHA E OUTRO(S) - RS036327
CAROLINE HAESBAERT DE PAIVA - RS056671
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORA : KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(S) - RS030270

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por JOSÉ LUIZ DA SILVA ARAÚJO e OUTROS, mediante o qual se impugna decisão que inadmitiu seu Recurso Especial, esse tirado de acórdão, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. RESERVA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. JUNTADA DO CONTRATO AOS AUTOS ANTES DA EXPEDIÇÃO DO PRECATÓRIO OU RPV. POSSIBILIDADE.

Em havendo pedido e juntada do contrato de honorários aos autos antes da expedição do precatório ou RPV, assiste ao procurador do exequente o direito à reserva da verba honorária ajustada com seu constituinte pelo trabalho desenvolvido no processo de conhecimento. Inteligência do artigo 22, §4º, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia), independentemente de o constituinte litigar com AJG.

AÇÃO COLE' IVA DO SINDICATO DOS AUDITORES DE FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO

Superior Tribunal de Justiça

SUL. LITISCONSÓRCIO. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS CALCULADA SOBRE O CRÉDITO DE CADA LITISCONSORTE.

DESCABIMENTO. FRACIONAMENTO.

Os artigos 23 e 24 da Lei nº. 8.906/94, por se tratar de direito autônomo do advogado, permitem a execução da verba honorária de forma autônoma, com a expedição do RPV específico, desde que respeitado o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, ainda que o crédito principal seja objeto de precatório. Vedada, no entanto, a cobrança de parcela de honorários calculada sobre o crédito de cada litisconsorte/filiado substituído pela entidade de classe, pois configura indevido fracionamento, vedado pelo art. 100, § 8º da CF, na medida em que a verba honorária fixada na ação é única.

AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO" (fls. 232/233e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 198/203e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, manejado com apoio nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, a existência de divergência jurisprudencial e violação aos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/73, 95, 97, 98, 99 e 100 do Código de Defesa do Consumidor e 23 da Lei 8.906/94.

Sustenta, a parte recorrente, em síntese, o seguinte:

"4.7. Veja-se então que a decisão recorrida divergiu de acórdãos do E. STJ, proferidos no AgRg no REsp 932.880/DF, relatado pelo Ministro Arnaldo Esteves Lima, 5ª Turma, julgado em 23 de junho de 2009, publicado no Diário da Justiça em 03 de agosto de 2009, e no AgRg no REsp 931.298/RR, cuja relatoria foi da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª Turma, julgado em 28 de setembro de 2010 e publicado no Diário da Justiça em 18 e outubro de 2010. Ambos extraídos da Revista Eletrônica de Jurisprudência constante do sítio eletrônico do próprio Tribunal (www.stj.gov.br).

4.8. Com efeito, para o Eg. Superior Tribunal de Justiça, na execução individual de ações coletivas, os honorários podem ser considerados conjuntamente com os créditos individuais, para efeito de classificação do requisitório, porque os honorários advocatícios são pagos na mesma forma em que a obrigação principal, não se caracterizando repudiável fracionamento" (fl. 252e).

Aduz, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, bem com o

Superior Tribunal de Justiça

estaria desfundamentado.

Contrarrazões às fls. 319/322e.

Recurso Especial inadmitido (fls. 325/349e), com base na inocorrência de vícios no julgado e nas Súmulas 7 e 211/STJ, bem como na impossibilidade de discussão, na presente via recursal, de matéria constitucional, o que ensejou a interposição de Agravo (fls. 354/390e).

Contraminuta às fls. 399/405e.

O recurso não merece prosperar.

Não há de se cogitar de vícios formais, no julgado impugnado.

Com efeito, a questão jurídica posta à apreciação da Corte de origem foi suficientemente analisada e decidida. Entendeu-se, então, que teria ocorrido, no caso, inconstitucional tentativa de fracionamento do recebimento de honorários. A irrisignação da parte agravante, no ponto, volta-se, pois, contra o conteúdo mesmo do **decisum** guerreado, não contra suposta falta de exame suficiente da controvérsia.

No mérito propriamente dito, importante reproduzir o seguinte trecho do voto condutor do acórdão recorrido:

"Embora os honorários advocatícios caracterizem-se como crédito acessório ao principal, dispõe o art. 23 da Lei nº 8.906/94 - Estatuto da Advocacia, que ao advogado é permitido executar, em processo autônomo, a verba honorária que lhe for devida, com possibilidade de expedição de requisição de pequeno valor para o seu pagamento, desde que respeitado o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos, ainda que o crédito principal seja objeto de precatório.

Do mesmo modo, o art 24, do citado Diploma Legal, faculta ao profissional executar tanto em processo autônomo, quanto no pólo ativo da própria execução, ao referir, em seu §1º, que 'a execução dos honorários pode ser promovida nos mesmos autos da ação em que tenha atuado o advogado, se assim lhe convier'.

Assim, nestes casos, não existe afronta ao artigo 100, § 8º da Constituição Federal, que veda o fracionamento, repartição ou quebra da execução, pois não se trata de uma dessas hipóteses, uma vez que, conforme previsão legal, o valor da verba honorária constitui crédito autônomo.

Também não há ofensa ao art. 87, inciso I, do ADCT, da Carta Magna, pois a definição de pequeno valor, ali contida, refere-se ao crédito individual de cada litisconsorte.

Neste sentido, é o entendimento do Egrégio STJ:

(...)

Superior Tribunal de Justiça

Salienta-se, inclusive, ter o referido Tribunal Superior editado Instrução Normativa sobre o assunto (IN nº 3/2006), a qual assim dispõe no seu artigo 8º:

(...)

A jurisprudência desta Câmara Cível firmou idêntico posicionamento:

(...)

Não é o que ocorre no caso em tela.

Há sentença de procedência em ação coletiva.

No caso concreto os agravantes pretendem incluir na execução de verba honorária sucumbencial apenas a parcela correspondente ao crédito de treze litisconsortes, o que não pode ser admitido.

Já decidiu esta Corte em casos semelhantes:

(...)

Assim, como os honorários decorrem de decisão judicial prolatada em ação coletiva e trata de crédito único, não é permitido fracioná-lo nas execuções de parte dos litisconsortes, devendo ser executados em sua totalidade" (fls. 183/187e).

Conforme se observa, embora tenha havido menção lateral a dispositivos de legislação infraconstitucional, o fundamento do acórdão recorrido foi de natureza constitucional - interpretação do art. 100, § 8º, da Constituição Federal. Basta ver que, segundo a lógica interna do próprio julgado, fosse a legislação ordinária complacente com o pleito da parte agravante, **ipso facto**, seria inconstitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo para conhecer em parte do Recurso Especial e, nessa parte, **negar-lhe provimento**.

Sem honorários recursais. Decisão interlocutória.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora